VII SINGA

VII Simpósio Internacional e
VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária
Jornada das Águas e Comunidades Tradicionais

ANAIS

Eixo de Trabalho:

Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

A GESTÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL: UM BREVE RELATO DAS HISTORIAS, CONFLITOS E LUTAS DOS PESCADORES(AS) ARTESANAIS

LA GESTIÓN DE ACTIVIDAD PESQUERA EN BRASIL: UNA BREVE INFORME DE HISTORIAS, CONFLICTOS Y LUCHAS DE LOS PESCADORES (AS) ARTESANALES

Taíse dos Santos Alves
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
taisealves85@gmail.com

Guiomar Inez Germani
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
guio_ufba@yahoo.com.br

Resumo: A partir da investigação histórica da atividade pesqueira no Brasil, percebe-se seus contextos, delineamentos e escolhas perante as políticas públicas sobre a atividade. Neste sentido, o presente artigo tem entre seus objetivos, trazer um breve relato sobre a história da gestão pesqueira e seus rebatimentos na atualidade. Para isso, foi feito, uma revisão teórica com autores que discutem a temática, pontuando o papel destas políticas e a dimensão dos conflitos sobre atividade pesqueira, sobretudo no que cerne aos pescadores(as) artesanais.

Palavras Chaves: Atividade Pesqueira; Políticas Públicas; Gestão; Conflitos.

Resumen: A partir de la investigación histórica de la actividad pesquera en Brasil, percibe sus contextos, delineación y opciones hacia las políticas públicas a cerca de la actividad. En este sentido, el presente artículo tiene entre sus objetivos, traer una breve reseña a cerca de la historia de la gestión pesquera y sus repercusiones en la actualidad. Por eso se hizo, una revisión teórica con autores que debaten el tema, puntuando el papel de estas políticas y la dimensión de los conflictos en la actividad pesquera, sobre todo centralizando los pescadores(as) artesanales.

Palabras Claves: Actividad pesquera; Políticas Públicas; Gestión; Conflictos

1 Introdução

A pesca artesanal no Brasil caracteriza-se como uma importante atividade socioeconômica que "marca" e cruza histórias no tempo e no espaço das narrativas de vida dos sujeitos e também está relacionada ao sustento de diferentes grupos. Segundo Kuhn (2009), a pesca artesanal reconquista, a cada momento, o seu

ISSN.
Online: 1980-4555
DVD-ROM: 1980-4563

protagonismo na produção econômica, pois, atualmente, é responsável pela metade do pescado produzido no Brasil. Além disso, tem influência na manutenção da diversidade cultural atrelada às práticas desenvolvidas pelo pescador, coletor de caranguejos e extrativistas espalhados pelo litoral brasileiro. A exemplo dos caiçaras (Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná), dos açorianos (Santa Catarina), dos jangadeiros (Nordeste) e das comunidades ribeirinhas (Amazônia) que constituem um patrimônio cultural (DIEGUES; MOREIRA, 2001).

Nestes moldes, compreender a organização político-institucional dos(as) pescadores(as) artesanais torna-se uma necessidade, já que tais organizações permitem compreender como os mesmos articulam, territorializam-se e buscam estratégias para a manutenção da atividade pesqueira em diferentes setores.

É a partir desta história e seus contextos que compreende os delineamentos das escolhas perante as políticas destinadas atividade pesqueira no Brasil. Neste sentido, o presente artigo tem entre seus objetivos, trazer um breve relato sobre a história da gestão pesqueira e seus rebatimentos na atualidade. Para isso, foi feito, uma revisão teórica com autores que discutem a política, gestão e os conflitos destas medidas sobre atividade no país. O presente trabalho também é resultado das discussões desenvolvidas no projeto financiado pelo CNPq "Comunidades Tradicionais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial na Bahia: indígenas e quilombolas" desenvolvido no âmbito grupo de pesquisa integrado Projeto GeografAR da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O projeto vem investigado como as políticas públicas para comunidades indígenas e quilombolas do estado da Bahia estão sendo implantadas e implementadas na organização socioterritorial destas comunidades, a qual também abrange, os pescadores(as) artesanais.

2 A PESCA ARTESANAL X ESTADO

A gestão da atividade pesqueira pelo Estado brasileiro demostra um interesse geoestratégico, "estando ao sabor dos seus projetos geopolíticos" (KUHN, 2009, p. 65) no ordenamento da atividade no país. Nota-se que as intervenções deram-se a partir do final do século XIX. Articular a pesca nestes moldes foi uma medida para o controle e ordenamento do pescado produzido, além do domínio do mar pela Marinha. Resende (2014) destaca que o objetivo da Marinha era tornar o pescador um instrumento para ação do Estado sobre o território, mas que transcende a questão da produção, sobretudo em áreas onde não havia poder estatal visível, áreas que ele classifica como opacas em face aos polos luminosos das regiões exportadoras.

Percebe-se que, além do controle, conhecimento, domínio dos territórios pesqueiros, o Estado visava sua potencialidade econômica para exploração da produção. Resende (2014) evidencia que essas ações não foram por acaso, e sim uma demanda geoestratégica, já que,

> [...] a atividade pesqueira além de se tornar parte estratégica do Estado de dominar o território conhecendo-o, garantiu a segurança das áreas costeiras sob o controle da Marinha e ainda possibilitou ao governo republicano controlar os meios de produção no setor. Assim, cria-se uma das importantes condições estruturante burocráticas da materialidade Estado-Nação [...] certos aspectos o controle estatal sobre a pesca preocupa-se em atuar e agir em corpo social fracionando o território (RESENDE, 2014. p. 49).

No ano de 1846, foi promulgada a Lei 447 que teve como objetivo instituir a distribuição dos pescados em "Distritos de Pesca" delegando a Marinha do Brasil a responsabilidade do controle administrativo da atividade. Essa Lei inaugura a primeira intervenção estatal sobre a pesca artesanal que irá influenciar na criação das Colônias de Pescadores. Tal ação, possibilita a fração do território da pesca, além da origem dos conflitos entre pescadores(as) artesanais e as Colônias.

Segundo Kuhn (2009), as Colônias começaram a ser criadas a partir de 1919 e foram motivadas por dois grandes fatores: *I)* o país iniciou no século XX a importação de peixe, a despeito do seu vasto litoral e, *II)* depois da I Guerra Mundial, tornou-se necessário para o Estado brasileiro a garantia da "segurança nacional", de sua área de litoral que esteve relacionada à defesa da nação. Essas estratégias também perpassaram pelo conhecimento do mar, o qual possui os(as) pescadores(as) artesanais. Dessa forma, as Colônias passaram a fiscalizar a pesca, vigilância da costa e a mobilização da pesca em escala local.

A criação das Colônias também instituiu as formações das chamadas Federações Estaduais, como é o caso da Federação dos Pescadores do Estado da Bahia e a Confederação Nacional dos Pescadores, cujos Estatutos foram aprovados pela Marinha, em 1923.

As Colônias de Pescadores configuraram-se, no período, como um grande projeto da Marinha, até mesmo concentradas, em sua maioria, em um só município, reunidas em Federações de Pescadores dentro de cada Estado brasileiro, totalizando, na época, cerca de 15 a 25 Colônias por Estado. As Colônias construídas nos agrupamentos de pescadores no litoral, ilhas, rios e lagoas seriam pontos de apoio para ação social, administrativa, militar, além de serem "corpos" representativos do governo (RESENDE, 2014).

Entretanto, suas criações trouxeram divergências entre os(as) pescadores(as) pois, em muitos casos, as mesmas constituem o "braço do Estado" e acabaram por não representar seus interesses e, nesse sentido,

> [...] intervenção do Estado na pesca, nomeando para presidir as colônias, pessoas alheias a atividade pesqueira remonta às origens desta forma organizativa. Diante dessa situação, que aparece de forma recorrente na literatura sobre o tema e, principalmente, nos depoimentos dos pescadores, torna-se evidente o porquê de ainda hoje as Colônias, de modo geral, apresentarem problemas de legitimidade na representação profissional dos pescadores e funcionarem como "braços do Estado" na atividade. Esse fato, conforme exposto, tem sua explicação historicamente marcada na

> própria concepção das Colônias. Constitui-se como um dos grandes desafios da pesca, especialmente a artesanal, romper com essa característica negativa do passado e dar às Colônias de Pesca um verdadeiro caráter representativo, no sentido de fortalecê-las como instrumento de luta e reivindicação dos pescadores (KUNH, 2009, p. 66).

Em 1933, as atividades ligadas à gestão da pesca passam a ser norteadas pelo Ministério da Agricultura, através da Divisão de Caça e Pesca. Neste período, também

> Foi elaborado o primeiro Código de Pesca, aprovado em 1934. Em 1942, com o surgimento dos sindicatos de trabalhadores e a consequente mudança da relação entre pescadores e Estado, agravado pela conjuntura mundial dominada pela II Guerra Mundial, as atividades da pesca voltaram a ser subordinadas à Marinha de Guerra. Nota-se, assim, que a pesca sempre se apresentou como uma atividade de interesse geoestratégico para o Estado brasileiro (KUNH, 2009, p. 66).

O Código de Pesca merece considerações por originar algumas ações relacionadas à gestão pesqueira no país, por exemplo, determinar a administração, direção, fiscalização técnica, filiação e organização dos pescadores ao Ministério da Agricultura por considerá-lo como órgão competente ao Serviço de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal. Também determina o exercício da atividade, quanto às águas e atribui o caráter de seus exercícios nas áreas litorânea, costeira e de alto mar.

Outro ponto do Código, é sua a obrigatoriedade da filiação dos(as) pescadores(as) nas Colônias, e por considerar o(a) pescador(a) como um sujeito profissional, "todo o pescador profissional é obrigado a fazer parte da Colônia em cuja zona resida" (BRASIL, 1934, p.05). Dessa forma, fica evidente que às ações do Estado sobre a produção pesqueira no país que foram determinadas para o controle e ordenamento da atividade e principalmente do(a) pescador(a), e seu controle articulado, atrelado ao domínio do território, ficando clara a subordinação a qual o Estado coloca esse sujeito.

O Quadro 1 evidencia a invisibilidade dos(as) pescadores(as) artesanais, deixando-os(as) subordinados(as) às Colônias de Pescadores por elas serem atribuídas as ações de políticas de Estado. Essas mesmas políticas perpassam pelo controle da atividade pesqueira, como destacado anteriormente, favorecendo a indústria da pesca. Outro ponto em destaque é o recorte temporal das ações sobre a atividade, delegando órgãos que não conheciam verdadeiramente a realidade da pesca/pescadores(as), definindo Leis e Decretos que descaracterizaram ainda mais a atividade e o quanto foram demoradas essas mediações.

Quadro 1 – Organização político-institucional pesqueira no Brasil a partir de 1600

Ano	Organização/ ação
1602	Início da pesca da Baleia no estado da Bahia
1817	Povoamento do território brasileiro através da Enseada das Garoupas (SC)
1818	Criação da Colônia de Pesca Nova Ericeia (SC)
1846	Criação das Capitanias dos Portos
1881	Criação do Decreto 8.338
1919	Missão de Criação das Colônias de Pescadores – Marinha
1920	Criação da Confederação dos Pescadores do Brasil
1923	1º Estatuto das Colônias de Pescadores
1923	Criação da Secretaria da Pesca e Saneamento do Litoral
1933	Divisão da Caça e Pesca
1934	Código de Caça e Pesca
1938	Decreto-Lei nº 794: Código de Pesca
1943	Decreto-Lei nº 530: Colônias transformadas em cooperativas
1945	Criação Caixa de Crédito da Pesca
1950	Criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca no Ministério da Agricultura
1961	Conselho de Desenvolvimento da Pesca – CODEPE
1962	Superintendência do Desenvolvimento na Pesca – SUDEPE
1967	Estabelecimentos de Incentivos Fiscais
1968	Criação Conselho da Pastoral dos(as) Pescadores(as)
1973	Portaria 471 – Definição das Colônias como organização de classe pelo Ministério da Agricultura
1985	Movimento Constituinte da Pesca
1988	Equiparam as Colônias de Pescadores aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais
1988	Criação do Movimento Nacional dos(as) Pescadores(as) (MONAPE)
1989	Criação da Secretaria de Aquicultura e Pesca no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
1989	Extinção da SUDEPE
1998	Retorno das atividades ligada à gestão pesqueira para o Ministério da Agricultura
1998	Criação Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA)
2003	Criação Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR)
2004	Criação do Conselho Nacional de Agricultura e Pesca (CONAPE)
2008	Lei nº 11.699 - Colônias, Federações Estaduais e Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidos como órgãos de classe
2009	Transformação da SEAP/PR no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)
2010	Criação do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)

Fonte: CNISO, 1998; SEAP, 2008; CPP, 2010.

Nota-se que é entre os períodos de 1960-1990, que a gestão pesqueira ganha dimensões mais amplas com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. Teve como meta distribuir promoção, desenvolvimento e fiscalização da pesca. No período da Ditadura Militar, a instituição da "Lei de Pesca" pelo Decreto 221, de 28 de fevereiro de 1967, caracterizou a regularização da atividade no país até agosto de 2009, e também, "vem atender aos interesses financeiros da pesca industrial e da aquicultura, atividade esta que somente de forma pontual era citada no Decreto 221, de 1967" (KUNH, 2009, p. 67). Entretanto, por provocar crises aos recursos pesqueiros, somadas às denúncias de malversação de fundos públicos e de corrupção, levaram à extinção da SUPEDE, em 1989 (AZEVEDO e PIERRI, 2013).

Segundo o MPA (2012), ao analisar a série histórica no período entre 1950-2010 da produção pesqueira no Brasil, observa-se seu crescimento enquanto a captura do pescado no período de 1950-1985. O mesmo evidencia que, neste período, foram registradas 956. 684 t, ou seja, a maior produção até então registrada. Cabe destacar que, neste período, foram implantados: o programa de industrialização da pesca no Governo Juscelino Kubitschek, na década de 1950, a criação da própria SUDEPE, em 1962, e a promulgação do novo Código de Pesca, através do Decreto-Lei 221, de 28/02/1967. Tais episódios, como evidenciados anteriormente, impulsionaram o crescimento da atividade.

Após a década de 1985, segundo o MPA, a produção pesqueira entra em declínio por conta da sobrepesca e se estabiliza na década de 1990 e volta a crescer no ano 2000,

> A partir do ano 2000, a produção voltou a crescer, passando de 666.846 t para 825.164 t em 2009. Esta recuperação deveu-se principalmente pela recuperação, ainda que tímida, de alguns estoques, tais como o da sardinha- verdadeira. Além disso, vale destacar que em 2003, com a criação da SEAP, hoje MPA, em conjunto com o Ministério do Meio ambiente (MMA) em um processo de gestão compartilhada, houve a promoção de políticas públicas que além de ter reforçado o setor pesqueiro nacional, alavancaram a produção pesqueira no país. Ainda que tenha sido observado um declínio da captura entre 2009 e 2010, quando foi registrada uma produção de 785.366 t, o período entre 2000 e 2010 caracterizou-se por um período de recuperação da produção pesqueira nacional em relação à década precedente. (MPA, 2012, p. 16).

Nesse sentido, para entender a atual política pesqueira no Brasil no chamado crescimento produtivo da pesca é importante se ater aos períodos entre 1960-2003 (análises anteriores), pois, segundo Azevedo e Pierri (2013), neste momento é que são definidos os perfis de atuação da política pesqueira durante os governos seguintes, ou seja,

> Antes do governo "Lula", a política pesqueira no Brasil teve três momentos institucionais com perfis de atuação distintos, que são importantes de ser lembrados para

> compreender melhor a política atual. Assim, o primeiro período, entre 1964 e 1989, esteve caracterizado por um desenvolvimentismo modernizante e ambientalmente irresponsável. No segundo período, entre 1989 e 1998, o governo reage ao anterior e define uma política fundamentalmente conservacionista. E o terceiro período, entre 1998 e 2003, esteve caracterizado por uma disputa institucional onde a tentativa de retomar o desenvolvimento setorial resultou travada pelas disposições ambientais (AZEVEDO e PIERRI, 2013:02).

Percebe-se que o caráter destas intervenções estão meramente no plano econômico e focado no desenvolvimentismo (especificamente, no período da ditadura militar), que favoreceu principalmente a pesca industrial/aquicultura, colocando a pesca artesanal em segundo plano. O dado do MPA legitima essas afirmações, pois, em seu processo de criação, exemplifica a atividade apenas em sua perspectiva econômica, o que acabou justificando suas medidas de atuação no setor.

Com isso, nota-se a permanência na postura do Estado pelo controle da atividade, sobretudo, desta vez numa perspectiva econômica ainda mais incisiva. Nesse debate, vale ressaltar o pensamento de Harvey (2005) sobre o papel do Estado. O mesmo se origina da contradição entre interesses particulares que tem como meta garantir interesses comuns na dominação dos indivíduos e grupos. O autor evidencia que,

> O trabalhador, mediante ao trabalho, cria capital como instrumento para sua própria dominação [...] esses diversos instrumentos de dominação – em particular, a lei, o poder de tributação e o poder de coação – podem ser transformados, pela luta política em instrumentos para dominação de classe (HARVEY, 2005, p. 75).

Mascaro (1976) afirma que o Estado é um fenômeno capitalista. Sua organização está atrelada ao meio de produção, baseado em valores de uso e troca que determina as relações no interior da sociedade. Essas especificidades garantem que o mesmo se enquadre mais no campo econômico que o político, por estabelecer formas sociais, sendo que toda ação estatal justifica-se pela política econômica. Nesse sentido, não há neutralidade em suas relações e intenções institucionais, já que o mesmo funciona associado ao próprio sistema capitalista.

Sobre o Estado capitalista, os escritos de Harvey revelam que o mesmo atua na medida do controle para a garantia da estabilidade das massas sociais. O Estado capitalista funciona como veículo de interesses de classe capitalista e se expressa no campo da produção, da circulação e da troca e tem papel fundante nas regularizações quanto pela competição à exploração do trabalho, a exemplo das legislações trabalhistas. Nesse sentido, as ações estatais, são com base em um sistema no interesse próprio e na competição os quais não expressam interesse de classe coletiva (HARVEY, 2005).

Assim, as criações dos órgãos relacionados à gestão da atividade pesqueira no Brasil permearam como instrumento de dominação política de pescadores(as)

e, dividi-los em categorias foi uma das medidas de contradições sobre a atividade pesqueira, pois as relações comerciais, políticas, institucionais limitaram o acesso aos direitos dos(as) pescadores(as), ainda as categorizações da atividade pesqueira (pesca artesanal, pesca industrial) favoreceram, consideravelmente, a pesca industrial e aquicultura.

As gestões da atividade no Brasil com os próprios órgãos criados e citados, determinam o perfil de atuação por uma perspectiva econômica. O(A) pescador(a) artesanal aparece como uma figura atrasada e preso ao seu local de origem. Não evidencia suas relações que estão inseridas no cotidiano destes sujeitos, principalmente pela sua afinidade com a natureza. A produção pesqueira detém uma expressividade, já que cerca de 90% (MPA, 2012) dessa produção é realizada pela pesca artesanal, a qual "garante a segurança alimentar e nutricional de milhares de comunidades pesqueiras no Brasil" (MPP, 2012, p. 06).

As políticas exercidas pelo MPA configuram um envolvimento em rede que articula seu perfil de atuação através das Colônias de Pescadores, Associações, Cooperativas e Sindicatos atuando em diferentes escalas.

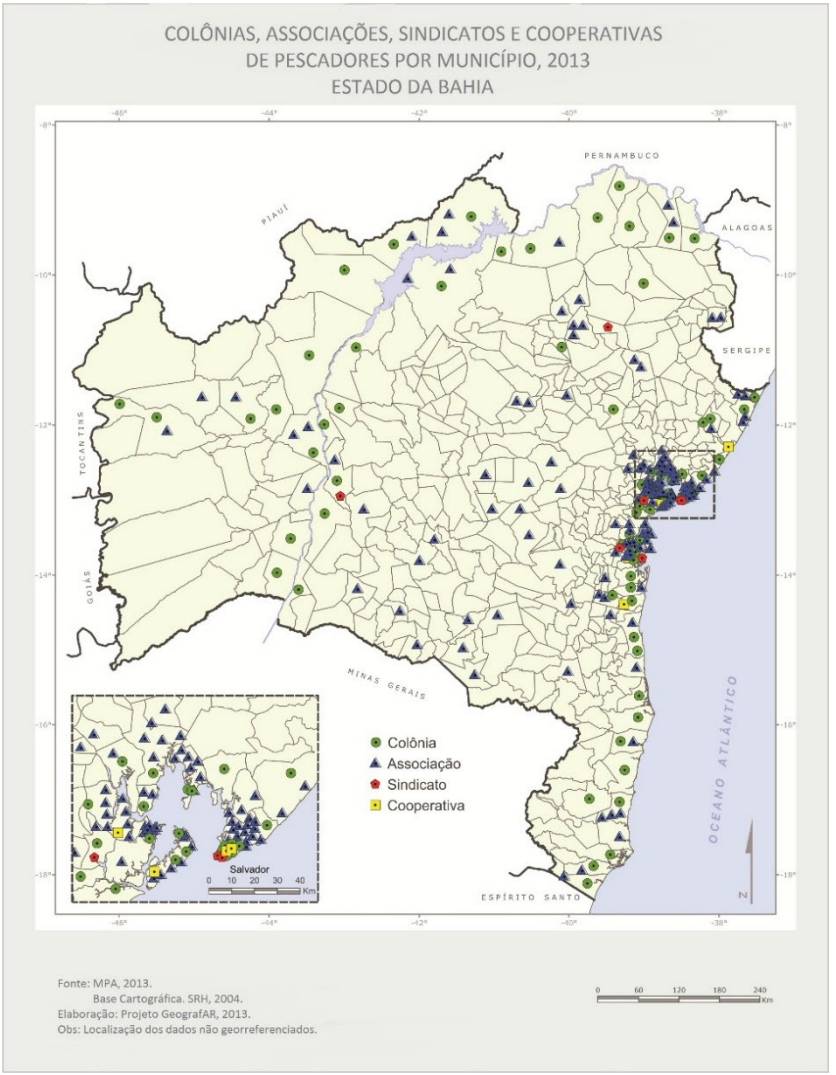
Na figura 1, o mapa destaca a abrangência das organizações políticas institucionais ligadas a gestão pesqueira no estado Bahia. Notamos um maior alcance da atuação das Associações de Pescadores, as mesmas apresentam maior quantitativo e atuam em praticamente todo o estado. Já as Colônias de Pescadores, mesmo sendo entidade mais antiga, aparecem em segundo lugar. Estão localizadas no litoral, no Velho Chico, Sertão do São Francisco e Oeste Baiano. Já as Cooperativas e os Sindicatos não são organizações expressivas, juntas somam apenas nove entidades no estado no ano de 2013.

É importante também evidenciar que o perfil de atuação do MPA legitima o controle e domínio diante dos(as) pescadores(as) artesanais, pois é perceptível a permeância da autonomia dada às Colônias de Pescadores. As políticas aplicadas pelo órgão colocam os(as) pescadores(as) artesanais numa situação de subordinação, já que para ter acesso aos créditos, financiamentos, recursos exige-se sua filiação às Colônias de Pescadores, Associação ou Sindicato, pois são por meio destas entidades que há a intermediação entre o órgão e as políticas. Outro ponto é a obrigatoriedade ao Registro Geral da Pesca (RGP). O registro, além de filiar, o legitima enquanto profissionais.

Pode-se questionar que tal medida é necessária para destinar suas políticas aos reais pescadores, além de saber seu quantitativo no país, mas, por outro lado, nota-se uma forma de dominação destes sujeitos, o qual permite evidenciar uma condição histórica da política pesqueira e sobre os pescadores(as) artesanais, a sua invisibilidade.

Todas estas situações trouxeram formas de mobilizações sociais entre os pescadores, configuram-se por movimentos que nasceram para tornar visíveis os distintos conflitos que perpassam os mesmos no país e, sobretudo, evidenciar que essas políticas não caracterizam as verdadeiras necessidades dos(as) pescadores(as).

Figura 01 – Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas de Pescadores – Bahia – 2013



3 A BUSCA PELA VISIBILIDADE DOS(AS) PESCADORES(AS) ARTESANAIS: ALGUNS MOVIMENTOS

Os primeiros indícios de luta dos(as) pescadores(as) foram percebidos durante a abolição da escravatura e na Revolta dos Cubanos (SILVA, 1988). Após essa tentativa de romper com a invisibilidade instalada sobre os(as) pescadores(as), será somente no final do século XX que o debate ressurgirá com o marco do Movimento Constituinte da Pesca, em 1988. Esse período também é marcado pela construção da Constituição de 1988, em que os(as) pescadores(as) tentaram garantir seus direitos pelo percurso

democrático. É importante frisar que o Movimento Constituinte da Pesca começou a ser organizado em 1984, sendo formalizado em 1985, e foi convocado pelo então presidente da Confederação Nacional dos Pescadores. Esse Movimento foi formado por delegados estaduais, que tiveram como estratégia a promoção de reuniões para elaborar propostas e pressionar os deputados constituintes a inserir a demanda dos(as) pescadores(as) na Constituição.

Kunh (2009, p. 76) destaca que a ocasião foi marcada pelas dificuldades oriundas da Ditadura Militar, mas foram estabelecidas algumas conquistas apesar das dificuldades para o deslocamento dos delegados até o difícil diálogo com algumas Federações estaduais. A Constituição conseguiu equiparar as Colônias aos sindicatos rurais e incluiu o pescador artesanal na condição de segurado especial do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Alguns Movimentos sociais foram importantes na consolidação de algumas conquistas em prol dos pescadores(as) artesanais. Os principais são CPP, MONAPE e MPP.

O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) constitui um momento histórico no movimento dos pescadores. O CPP, criado em 1968, em Olinda-PE, pelo Frei Alfredo Schnuettgen, surgiu na época em que a Igreja Católica, na América Latina, fez a sua "opção pelos pobres". A CPP se transformou numa organização nacional que foi reconhecida pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1976. E, assim como acontecia com outras Pastorais, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Igreja servia como articuladora das bases, ao mesmo tempo em que protegia os grupos sociais "da dureza da Ditadura Militar" (KUNH, 2009, p. 77).

A CPP se consolida na luta em prol dos pescadores do Brasil, uma vez que

> O trabalho do CPP constituiu-se a partir do incentivo à organização do grupo. Esta Pastoral parte do reconhecimento da diversidade da pesca artesanal e sua consequente especificidade, no que se refere às mulheres, aos jovens e aos idosos. Tem atuado no sentido de promover Encontros, Seminários e Capacitações Políticas, bem como acompanhar os pescadores artesanais, prestando-lhes assessoria em outras ocasiões, como nas marchas e ocupações promovidas pelos pescadores. O CPP articula-se também como a Comissão de Justiça e Paz de Salvador (CJP) e a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), no sentido de construir uma rede de apoio às comunidades pesqueiras (KUNH, 2009, p. 79-80).

O Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) surge entre os anos de 1985 e 1988, quando pescadores, de diferentes estados do país se juntaram para discutir a pesca e propor a inclusão de suas reivindicações na Constituição Brasileira de 1988. Segundo Fox e Callou (2013) os pescadores precisavam de uma representação nacional forte para dar continuidade às suas lutas. Assim, a partir das mobilizações em torno da Constituinte da Pesca o MONAPE nasce em abril de 1988, no Recife, Pernambuco. Ainda para os autores o reconhecimento da liberdade de atuação das Colônias diante da categoria e do poder público confrontou o MONAPE com uma

realidade permeada de novas relações de poder ante o Governo e a própria base. Por outro lado, fatores da cena local se relacionavam com a nova ordem global, marcada pela hegemonia de políticas neoliberais responsáveis pelo redimensionamento do Estado, pela abertura dos mercados, pela descentralização política e (des) formalização das relações de trabalho, incidindo diretamente na vida dos pescadores.

Hoje o MONAPE congrega lideranças de vários estados do Brasil e seus objetivos consistem em: refletir, monitorar e propor Políticas Públicas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras além de articular e fortalecer as lutas dos Pescadores e Pescadoras Artesanais no Brasil.

Já a partir de 2009 surge o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), que, atualmente, se configura como influente Movimento em prol da luta pelos direitos dos(as) pescadores(as) artesanais do Brasil. Suas bandeiras estão pautadas na luta pelo seu espaço de reprodução social. Ao vivenciar os diálogos nesses espaços, revelam o campo das forças em que se constitui a atividade pesqueira artesanal, atualmente, por medidas que preservem o direto de manter suas atividades, a cooperação, companheirismo. As ações coletivas se fazem presentes para atender os desejos em comum: o direito de pescar e mariscar.

Entretanto, esse debate só foi possível entre pescadores(as) pela consciência política que ambos tiveram sobre seus espaços de produção, sendo ameaçados pelos modelos de desenvolvimento e a fragilidade das políticas de Estado perante os(as) pescadores(as).

Outro ponto percebido é articulação inter-escalar entre os(as) pescadores(as). Os(As) mesmos(as) atuam em rede, gerando uma territorialidade das ações do Movimento por meio de encontros, atos, ações que se dão por todo país. As ações e decisões que acontecem numa escala possuem repercussões diretas em todas as outras escalas de abordagem. Ou seja, mantêm-se relações com pescadores(as) de norte a sul do Brasil.

Além de suas demandas usuais, o Movimento vem fazendo, nos últimos dois anos, o que se configura como sua frente principal de atuação, que se dá também em conjunto: a Campanha em Regularização sobre os Territórios Pesqueiros. A Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras foi lançada em Brasília/DF, em Junho de 2012, e se estenderá até, no máximo, 2015, prazo estipulado para ser concluída a coleta de assinaturas de 1% do eleitorado brasileiro (equivalentes a 1.385.000 assinaturas), em defesa de uma lei de iniciativa popular. A mesma tem como lema "Território Pesqueiro: Biodiversidade, Cultura e Soberania Alimentar do Povo Brasileiro". O instrumento jurídico é pela aprovação da lei de iniciativa popular (feito a partir dos pescadores, com auxílio dos parceiros, a exemplo da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), que regulamente os direitos territoriais das comunidades pesqueiras tradicionais, de modo geral, que proteja suas áreas

de pesca. Cada vez mais são áreas em que ocorrem disputas/ações devido à inserção de grandes projetos, empresas, turismo, dentre outras, como pode ser observado no Quadro 2:

Quadro 2 – Conflitos na Bahia: Pesca Artesanal (Lançamento Campanha 2013)

MUNICÍPIO/ REGIÃO/ LOCAL	CONFLITOS	ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS
Santo Amaro - Acúpe	Indústria: Mineração/Chumbo Carcinicultura	Pescadores artesanais Empresas industriais
Salvador - Ilha de Maré	Turismo/ Indústria Porto Naval Fundiário Mortalidade do pescado	Pescadores artesanais Empresa pública - Petrobras Empresa turística Fazendeiros
Salinas das Margaridas	Carcirnicultura Construção Naval Fundiário - impedido acesso aos territórios de pesca artesanal Especulação imobiliária Gasoduto Poluição Indústria	Pescadores artesanais Empresas Industriais privadas e públicas Empresas turísticas
Madre de Deus	Indústria Porto Naval	Pescadores artesanais Empresas industriais públicas e privadas
São Francisco do Conde	Turismo Fundiário	Pescadores artesanais Empresas turística – Resort Fazendeiros
Santo Sé, Remanso, Sobradinho, Casa Nova - Rio São Francisco	Fundiário – impedido acesso aos territórios de pesca artesanal Poluição nos territórios pesqueiros	Pescadores artesanais Fazendeiros
Cachoeira, Maragogipe (Baía do Iguape) - Rio Paraguaçu	Fundiário Poluição aos territórios pesqueiros Assoreamento Baia Azul	Pescadores artesanais Fazendeiros Estado (Bahia Azul) Empresa de energia (VOTORANTIM)
Baixo Sul	Turismo Turismo Industrial Fundiário – Bloqueio do Porto e os territórios pesqueiros Carcinicultura Poluição aos territórios pesqueiros	Pescadores artesanais Fazendeiros Empresas turísticas
Extremo Sul	Drenagem Porto Belmonte Turismo – Bloqueio aos territórios pesqueiros Fundiário - Bloqueio aos territórios pesqueiros	Pescadores artesanais Empresas turísticas Fazendeiros

➔

MUNICÍPIO/ REGIÃO/ LOCAL	CONFLITOS	ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS
Litoral Sul	Turismo – Bloqueio aos territórios pesqueiros Fundiário - Bloqueio aos territórios pesqueiros Carcinicultura Turismo Industrial	Pescadores artesanais Empresas turísticas Fazendeiros

Fonte: Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, 2012

Os objetivos da Campanha são: (a) Reconhecimento dos seus direitos sociais e afirmação de sua identidade pesqueira artesanal; (b) Comunidades pesqueiras afirmando-se em sua identidade específica, com o propósito de se apoderar na defesa do seu território e na consolidação enquanto comunidade articulada e reconhecida frente à sociedade; (c) As comunidades pesqueiras artesanais debatendo e demonstrando a viabilidade de sua economia da pesca, a qual garante a sua sobrevivência e reprodução social, com qualidade de vida superior ao modelo do capital; (d) A sociedade encampa a campanha de regularização dos territórios pesqueiros; (e) As comunidades tradicionais pesqueiras conhecem e fazem valer as leis para garantir os territórios pesqueiros tradicionais; e (f) Comunidades pesqueiras conquistam instrumento jurídico que reconheça e regularize os territórios tradicionais pesqueiros.

Para Rios (2012), para além da aprovação da lei, observa-se a organização dos pescadores na luta pela defesa de seus territórios pesqueiros. A realização da Campanha já é considerada um marco na história da pesca artesanal do país, já que se vem buscando a mobilização entre todos os(as) pescadores(as) do país para o enfrentamento dos grandes projetos impostos pelo capitalismo.

4 Considerações finais

Ao analisar a gestão pesqueira no Brasil, percebe-se que é apenas durante o governo "Lula" que o Estado teve uma atenção aos diferentes grupos sociais, e entre eles, as comunidades tradicionais pesqueiras e a própria pesca artesanal diferentemente de outros governos. Criou-se o Ministério da Pesca e Aquicultura, com o objetivo de atender a demanda de pescadores(as). Entretanto, mesmo reconhecendo os avanços destas intervenções na gestão da atividade pesqueira no país, ainda são limitadas para atender as reais necessidades dos(as) pescadores(as) artesanais, faltam políticas específicas para esse grupo social, uma estatística que evidencia a diversidade dos(as) pescadores(as) no país. No estado da Bahia são encontrados 39.367 pescadores(as) artesanais (MPA, 2014) a qual expressam diferente diversidade, pois estão espalhados em diferentes regiões do estado, sendo a maioria

encontrada no Litoral sul, e também no Oeste Baiano, Velho Chico e Sertão do São Francisco, segundo os territórios de identidade no estado.

A atividade pesqueira, mais especificamente, a pesca artesanal, é desenvolvida como forma de garantir a sobrevivência e reprodução social de inúmeras comunidades pesqueiras espalhadas pelo litoral. Sendo que a principal característica dessas comunidades é a forma com que usam e se apropriam da natureza para sua reprodução social. Por isso, é importante destacar e compreender que a atividade pesqueira, em especial a pesca artesanal, detém sua importância social e garante a soberania alimentar e cultural deste grupo social.

5 Referencias

ALVES, T. et al. Pesca Artesanal, Territórios Pesqueiros e Conflitualidades. Salvador: 2013.

AZEVEDO, N. T.; PIERRI, N. Short Term Model: Brazil is backing increased production through industrial fisheries and aquaculture. **Samudra Report**. v. 64, p. 34-41, 2013. Versão em português disponível em: <http://www.cppnac.org.br/wpcontent/uploads/2013/08/A-pol%C3%ADtica--pesqueira-atual-no-Brasil.pdf> Acesso em: 10 mai. 2013.

BAHIA PESCA. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina**. Salvador: Bahia Pesca, 2003.

DIEGUES, A.; MOREIRA, A. (orgs). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NAPAUB/USP. 2001.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo:

Ática, 1983.

_____. **Povos e Mares**: leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo:

NAPAUB, 1995.

GEOGRAFAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. Mapeamentos temáticos do Estado da Bahia. **Banco de Dados**. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/site/main.php?page=db-formas-de-acesso-a-terra> Acesso em: 10 out. 2013.

KUHN, Ednizia Ribeiro A. **Terra e água**: Territórios dos Pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu – Bahia. 2009. 173f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador (Ba).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Volume I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

MASCARO, Alynson. **O Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo. 2013.

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aqüicultura – 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%C3%ADstico%20MPA%202010.pdf> Acesso em: 10 jun. 2013.

MPP. Movimento dos Pescadores Artesanais. **Cartilha Movimento Pescadores e Pescadoras Artesanais**. Bahia, jul. 2012. Disponível em<http://cppnorte.wordpress.com/documentos/>. Acesso em: 20 mai. 2013.

MPP. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Folder de Divulgação**. MPP Olinda. Pernambuco, 2012.

MPP. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Página de divulgação e ação da Campanha 2013**. Disponível em: <https://www.facebook.com/peloterritoriopesqueiro?fref=ts> acesso em: 01.02.2014.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. **Da produção do espaço a construção dos territórios pesqueiros**: pescadores artesanais e carcinicultores no distrito de Acupe – Santo Amaro (BA). 2012. 263f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador (Ba).

SILVA, Luis Geraldo Santos da. **Os pescadores na história do Brasil**. Recife, CPP/Vozes, 1988.